



EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE SAÚDE E FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO

CONCURSO DE ADMISSÃO/2022
PARA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR/2023 E
NO CURSO DE FORMAÇÃO DE CAPELÃES MILITARES/2023

005. PROVA OBJETIVA

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR

ÁREA: DIREITO

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Certifique-se de que a letra referente ao modelo de sua prova é igual àquela constante em sua folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições.
- Caso haja alguma divergência de informação, comunique ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **03**.

Nossa relação com os animais repete, de maneira invertida, os cuidados que recebemos na primeira infância. Nós também fomos, no início, dependentes, desamparados e estávamos nas mãos de uma figura prestativa e generosa, mas que tinha todo poder sobre nós. Nossa capacidade de sentir piedade vem daí. A irresistível combinação de piedade, simpatia e acolhimento que a imagem de um animal *fofinho* desperta em nós, também. Contudo, esse é um amor de baixa qualidade e de grande aptidão à dispersão quando falamos em um projeto de longo prazo. Animais de estimação são como filhos. Mas filhos que não crescem, não resistem para ir à escola, não reclamam por autonomias adolescentes nem vão embora para a faculdade e se casam, deixando-nos para trás.

Com os animais de estimação cada um revive a forma de amar e ser amado que Freud descreveu como narcisismo. Nele, confunde-se o amar o outro e o amar-se a si mesmo através do outro. E muitas vezes essa confusão se infiltra e atrapalha decisivamente a vida dos casais. Quando alguém declara que ama os cães a ponto de ter dois ou sete deles em casa, isso não representa nenhuma contradição com o ato de maltratá-los. Tudo depende da qualidade do laço que se estabelece nesse amor.

Quando amamos nossos cães, nossos filhos ou nossas mulheres *como a nós mesmos*, podemos chegar a maltratá-los da pior maneira. Daí a importância de amar o outro conferindo algum espaço para o fato de que ele é um estranho, alguém diferente de mim. O amor não é garantia nem de si mesmo nem do desejo que ele deve habilitar. Isso vai aparecer na relação com os animais, como uma espécie de raio x das nossas formas de amar. Quem trata seus animais como uma parte de si mesmo, humanizando-os realmente como filhos, chamando-os de nenês, por exemplo, pode estar indicando uma forma mais simples e narcísica de amar.

(Christian Dunker, *Reinvenção da intimidade – políticas do sofrimento cotidiano*. Adaptado)

01. De acordo com o texto, é possível afirmar que

- (A) o modo como alguém se relaciona com seus animais de estimação pode revelar o modo como ama as pessoas.
- (B) quando tratamos os animais de estimação como se fossem crianças, tendemos a cuidar melhor deles.
- (C) diferentemente do amor que nutrimos por animais de estimação, o amor pelos filhos tende a ser narcisista.
- (D) aqueles que conseguem amar pessoas diferentes de si apresentam maior capacidade de empatia e afeição.
- (E) é mais simples amar pessoas do que animais de estimação, pois estes podem ser muito agressivos.

02. Assinale a alternativa cujo trecho reescrito está de acordo com a norma-padrão de pontuação e crase.

- (A) Contudo, esse é um amor, de baixa qualidade e de grande aptidão à se dispersar...
- (B) E, muitas vezes, essa confusão se infiltra e causa prejuízos à vida dos casais.
- (C) Nossa relação, com os animais repete, de maneira invertida, os cuidados ofertados à nós...
- (D) Em relação à animais de estimação, cada um, revive a forma de amar e ser amado...
- (E) Daí a importância de amar, o outro, dando à ele, algum espaço, para à realidade de ser um estranho...

03. Assinale a alternativa que apresenta concordância verbal de acordo com a norma-padrão.

- (A) Existe entre as pessoas laços de afeto de diferentes qualidades.
- (B) É comum haverem animais tratados pelas pessoas como seres humanos.
- (C) Com os animais de estimação, uma forma de amar e ser amado são revividas.
- (D) Uma figura prestativa e generosa cuidaram de nós no início da vida.
- (E) Confundem-se, no narcisismo, o amar o outro e o amar-se a si mesmo.

Leia o texto para responder às questões de números **04** a **06**.

Estamos sempre em contato com nossos sentimentos, mas a parte complicada é que nossas emoções e nossos sentimentos não são a mesma coisa. Tendemos a confundi-los, mas sentimentos são estados subjetivos internos que, falando em sentido estrito, são conhecidos apenas por aqueles que os possuem. Conheço meus sentimentos, mas não conheço os seus, exceto pelo que você me conta sobre eles. Nós nos comunicamos sobre nossos sentimentos pela linguagem. Emoções, por outro lado, são estados corporais e mentais – a raiva, o medo, a afeição, bem como a busca de vantagens – que movem o comportamento. Desencadeadas por certos estímulos e acompanhadas de mudanças comportamentais, as emoções são detectáveis externamente na expressão facial, na cor da pele, no timbre da voz, nos gestos, no odor e assim por diante. Somente quando a pessoa que experimenta essas mudanças toma consciência delas é que elas se tornam sentimentos, que são experiências conscientes. Mostramos nossas emoções, mas falamos sobre nossos sentimentos.

(Frans de Waal, *O último abraço da matriarca: as emoções dos animais e o que elas revelam sobre nós*.)

04. De acordo com o texto, é possível afirmar que

- (A) emoções fortes, como raiva e medo, são facilmente verbalizadas.
- (B) os sentimentos apresentam um caráter menos sutil do que as emoções.
- (C) tanto emoções quanto sentimentos são passíveis de expressão.
- (D) a intensidade dos sentimentos depende do domínio da linguagem verbal.
- (E) as atitudes de uma pessoa desencadeiam emoções distintas.

05. No trecho – Estamos **sempre** em contato com nossos sentimentos... –, a expressão em destaque tem a mesma função sintática do que se destacou em:

- (A) Tendemos a confundi-**los** ...
- (B) ...não conheço **os seus**, exceto pelo que você me conta sobre eles.
- (C) ...nossas emoções e nossos sentimentos não são a **mesma coisa**.
- (D) ...falando **em sentido estrito**, são conhecidos apenas por aqueles que os possuem.
- (E) ...quando a pessoa que experimenta essas mudanças toma consciência **delas**...

06. Assinale a alternativa em que os trechos – Conheço meus sentimentos... – e – ...que movem o comportamento. – foram reescritos de acordo com a norma-padrão de colocação pronominal.

- (A) Lhes conheço ... que movem-no.
- (B) Conheço-lhes ... que o movem.
- (C) Os conheço ... que movem-no.
- (D) Conheço-os ... que lhe movem.
- (E) Conheço-os ... que o movem.

Leia o texto para responder às questões de números 07 e 08.

Os poemas são pássaros que chegam
não se sabe de onde e pousam
no livro que lêis.
Quando fechas o livro, eles alçam voo
como de um alçapão.
Eles não têm pouso
nem porto
alimentam-se um instante em cada par de mãos
e partem.
E olhas, então, essas tuas mãos vazias,
no maravilhado espanto de saberes
que o alimento deles já estava em ti...

(Mario Quintana. *Rua dos Cataventos & outros poemas*)

07. No verso – Os poemas são pássaros que chegam – há

- (A) uma metáfora.
- (B) um paradoxo.
- (C) uma ironia.
- (D) uma personificação.
- (E) uma metonímia.

08. Passando-se as formas verbais em destaque nos versos – no livro que **lêis** / Quando **fechas** o livro, eles alçam voo – para a primeira pessoa do plural, tem-se, respectivamente:

- (A) lermos e fecharmos.
- (B) lemos e fecham.
- (C) lemos e fechamos.
- (D) líamos e fechamos.
- (E) líamos e fecharém.

HISTÓRIA DO BRASIL

09. À medida que se tornava cada vez mais aparente a insuficiência do projeto dos aldeamentos enquanto forma de suprir a força de mão de obra, os colonos passaram a intensificar outros meios de recrutamento de índios para os seus serviços. A partir da década de 1580, a despeito das restrições impostas pela legislação portuguesa, os colonos começaram a favorecer a apropriação direta do trabalhador indígena através de expedições predatórias ao sertão. Realmente, a observância estrita da lei nunca figurou entre as práticas prediletas dos paulistas. [...] a lei de 1570 e legislação subsequente admitiam o cativoiro [...]

(John Manuel Monteiro, *Negros da terra: Índios e bandeirantes das origens de São Paulo*)

A legislação portuguesa admitia o cativoiro do indígena que

- (A) não conhecesse a língua geral.
- (B) fosse capturado na chamada guerra justa.
- (C) aceitasse integrar uma missão religiosa.
- (D) mantivesse a organização baseada em tribos.
- (E) ocupasse regiões fronteiriças com a América espanhola.

10. Um quilombo dirigido por homens livres. Um quilombo com escravidão. Um quilombo agrícola e cuja produção estava integrada ao mercado regional. Que quilombo era esse? Esta é a história – ou uma das histórias possíveis – do quilombo do Oitezeiro, na Bahia de 1806.

(João José Reis, *Escravos e coiteiros no quilombo do Oitezeiro – Bahia, 1806*. Em: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (org.), *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*)

A partir do excerto, acerca dos quilombos no Brasil, segundo o artigo de João José Reis, é correto afirmar que

- (A) o modelo de quilombo com maior presença na América portuguesa e no Brasil Império foi o de Palmares, que reuniu essencialmente escravizados nascidos na África, com forte produção extrativista voltada para o abastecimento de núcleos urbanos e que contava com uma maioria de mulheres.
- (B) as práticas quilombolas, na maioria dos casos, resultaram em um profundo isolamento do resto das atividades econômicas e sociais, gerando nas comunidades de escravizados fugidos uma produção especialmente de subsistência de alimentos e artesanato, além da recorrente necessidade de praticar roubos contra arraiais e vilas.
- (C) a maior parte das experiências de escravizados fugidos dos seus senhores, e construindo espaços isolados de proteção, ocorreu durante o século XVII em razão da invasão holandesa e, por outro lado, até o fim do sistema escravista, foi rara a organização de quilombos, porque surgiram legislações repressivas.
- (D) há uma visão enganosa do quilombo como um espaço isolado no alto da serra e formado por milhares de escravos fugidos, porém, na maior parte das vezes, os fugidos eram poucos, se estabeleciam próximos a povoações, fazendas e, às vezes, nas imediações de centros urbanos, mantendo relações ora conflituosas, ora amistosas.
- (E) o formato quilombo, derivado de organizações de escravizados das colônias francesas da América Central, representou, na maior parte das vezes, a possibilidade de reproduzir os modelos igualitários presentes nas diversas regiões africanas, em especial, aquelas que forneceram pessoas a serem escravizadas.

11. Analise a tabela.

EXPANSÃO DAS ESTRADAS DE FERRO NO BRASIL
(1854-1929)

Anos	Região Cafeeira (km)	Brasil (km)
1854	14,5	14,5
1859	77,9	109,4
1864	163,2	411,3
1869	450,4	713,1
1874	1.053,1	1.357,3
1879	2.395,9	2.895,7
1884	3.830,1	6.324,6
1889	5.590,3	9.076,1
1894	7.676,6	12.474,3
1899	8.173,9	13.980,6
1904	10.212,0	16.023,9
1906	11.281,3	17.340,4
1929	18.326,1	32.000,3

(Sérgio Silva, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. Apud José Miguel Arias Neto, Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. Em: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (org.). *O Brasil Republicano v.1 - O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Adaptado)

A partir dos dados, é correto afirmar que

- (A) a expansão ferroviária coincide, do ponto de vista cronológico, com a ampliação das exportações de café, o que comprova que a economia cafeeira dinamizou e simultaneamente foi dinamizada pela melhoria do sistema de transporte.
- (B) a extensão da malha ferroviária agilizou o transporte de café, ao mesmo tempo em que o alto custo desse meio de transporte fez diminuir o lucro dos cafeicultores, com a consequente queda nos novos investimentos.
- (C) os recursos financeiros que permitiram o forte crescimento da produção cafeeira foram oriundos do lucro das companhias ferroviárias, empresas de capitais majoritariamente estadunidenses e com pequena participação estatal.
- (D) o alargamento ferroviário dependeu das políticas públicas presentes a partir da Primeira República, porque durante o Império, a Câmara dos Deputados travou o crescimento das linhas ferroviárias, prejudicando a produção cafeeira.
- (E) a presença do transporte ferroviário teve pequena importância para o desenvolvimento da agroexportação de café, que precisava de portos modernos e adequados para navios de grande porte, como se tornou o de Santos.

12. Em 3 de dezembro de 1870 foi publicado o jornal *A República*, que trazia estampado o “Manifesto republicano brasileiro”, o mesmo que daria base para a fundação de um novo partido em 17 de janeiro de 1872. Formado inicialmente por profissionais liberais ligados a setores urbanos, nomeadamente paulistas, o Partido Republicano organizou seu primeiro congresso em julho de 1873, quando foi reforçado por novos adeptos de fôlego: fazendeiros paulistas que, descontentes com o que consideravam ser uma política intervencionista do Estado, passaram a engrossar as fileiras da oposição à monarquia.

[...]

A cisão do Partido Liberal levou, então, à formação do Partido Republicano Paulista, em 18 de abril de 1873, que se reuniu na hoje famosa Convenção de Itu.

(Lília M. Schwarcz e Heloísa M. Starling, *Brasil, uma biografia*)

O novo partido

- (A) considerava que as leis abolicionistas eram insuficientes para resolver o problema do escravismo e propunha uma radical reforma na legislação eleitoral.
- (B) defendia a imediata abolição do sistema escravista e a efetivação da república por meio do impedimento da coroação do herdeiro de dom Pedro II.
- (C) apoiava a fusão da Câmara dos Deputados e o Senado e a realização de um plebiscito para se decidir sobre a manutenção, ou não, da Monarquia.
- (D) censurava as iniciativas governamentais de incentivar a imigração para o país e via a necessidade de políticas afirmativas para os alforriados.
- (E) criticava, sobretudo, o centralismo do trono e da administração, e propunha uma reforma pacífica, através da implementação de uma república federativa.

13. Ao analisar a Revolução de 1930, o historiador Boris Fausto considerou que

Um novo tipo de Estado nasceu após 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia como também por outros elementos.

(Boris Fausto, *História do Brasil*. Adaptado)

Entre esses outros elementos constitutivos do Estado brasileiro, após 1930, é correto apontar que houve atuação relativa à questão

- (A) cultural, preocupada com a ampliação da liberdade de produção artística, ao mesmo tempo em que a expansão das transmissões radiofônicas foi deliberadamente entravada.
- (B) social, voltada a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os, posteriormente, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal.
- (C) econômica, voltada progressivamente para o objetivo de priorizar a modernização da agricultura de exportação, especialmente do café do Sudeste e do algodão nordestino.
- (D) política, dirigida para o fortalecimento das casas legislativas em todas as instâncias e o gradativo enfraquecimento das prerrogativas do Poder Executivo, principalmente no nível federal.
- (E) educacional, promovendo a universalização da educação primária em todo território nacional, além da proibição de qualquer forma de ensino religioso na escola pública.

14. As eleições de 1945 despertaram um grande interesse na população. Depois de anos de ditadura, a Justiça Eleitoral ainda não ajustara o processo de recepção e contagem de votos. Pacientemente, os brasileiros formaram longas filas para votar. Nas últimas eleições diretas à presidência da República, em março de 1930, tinham votado 1,9 milhão de eleitores, representando 5,7% da população total; em dezembro de 1945 votaram 6,2 milhões, representando 13,4% da população.

Em uma época em que não existiam pesquisas eleitorais, a oposição foi surpreendida pela nítida vitória de Dutra. Tomando-se como base de cálculo os votos dados aos candidatos, com exclusão dos nulos e brancos, o general venceu com 55% dos votos contra 35% atribuídos ao brigadeiro [Eduardo Gomes].

(Boris Fausto, *História do Brasil*)

Para Boris Fausto, a vitória eleitoral de Dutra teve relação com a

- (A) expressiva participação das mulheres no processo eleitoral e na fragilidade dos programas de governo dos demais candidatos.
- (B) decisiva votação recebida em todos os estados do Norte-Nordeste e o importante apoio recebido do Partido Comunista do Brasil.
- (C) força da máquina eleitoral montada pelo PSD a partir dos interventores estaduais e o prestígio de Getúlio Vargas entre os trabalhadores.
- (D) inabilidade do PTB, que defendeu durante a campanha eleitoral a extinção do salário mínimo, e ao forte apoio do empresariado paulista.
- (E) capacidade da UDN em mostrar os malefícios causados no país pelo Estado Novo e pela considerável adesão das classes médias urbanas.

15. Considere o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) das seguintes regiões metropolitanas:

Região Metropolitana	IDHM 2000	IDHM 2010
Belém	0,621	0,729
Belo Horizonte	0,682	0,729
Curitiba	0,698	0,783
Fortaleza	0,622	0,732
Manaus	0,585	0,720
Rio de Janeiro	0,686	0,771
São Paulo	0,714	0,794

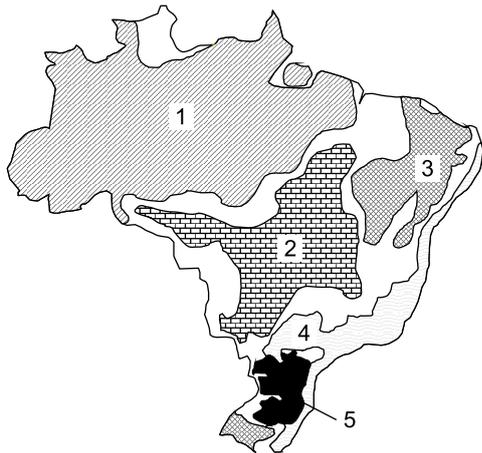
(https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=24037)

O aumento dos índices das regiões metropolitanas entre 2000 e 2010 deveu-se, principalmente,

- (A) à expansão do pleno emprego e consequente aumento da renda per capita.
 - (B) à redução das desigualdades sociais nas áreas urbanas.
 - (C) ao aumento do PIB (Produto Interno Bruto) refletindo nas metrópoles.
 - (D) à melhoria dos fatores longevidade, educação e renda per capita.
 - (E) ao avanço das políticas demográficas nas áreas de maior adensamento de população.
16. Nas últimas décadas tem-se observado um crescente processo de desconcentração industrial no Brasil. Dentre os argumentos utilizados para explicar o processo destaca-se
- (A) a decisão política do governo federal ou dos estados em favorecer a migração.
 - (B) a busca por mão de obra abundante e, predominantemente, barata.
 - (C) a presença de matérias-primas que garanta a diversificação de produtos.
 - (D) a existência de sólidas estruturas de formação de novas tecnologias.
 - (E) a necessidade de reforçar a coesão entre os estados ou regiões.

17. Considere o mapa e os textos para responder à questão.

Brasil: domínios morfoclimáticos



(Ab'Sáber, Aziz. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.*)

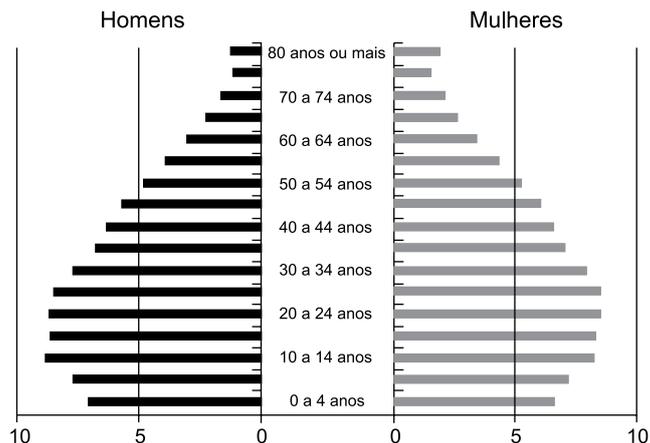
- I. Este domínio tem mostrado ser o meio físico, ecológico e paisagístico mais complexo e difícil em relação às ações antrópicas. É uma área sujeita aos mais fortes processos de erosão e de movimentos coletivos de solos em todo o território brasileiro. Área de mamelonização extensiva, afetando todos os níveis da topografia (de 10-20 m a 1100-1300 m) de altitude.
- II. Este domínio com aproximadamente 400 mil quilômetros quadrados é sujeito a climas subtropicais úmidos de planaltos com invernos relativamente brandos. O domínio comporta as paisagens menos “tropicais” do país. Ainda que a pedração dos solos não tenha sido muito grande na maior parte dos planaltos, é digno de nota que restem apenas 15% a 20% da biomassa original do domínio.

Os textos I e II referem-se, respectivamente, aos domínios indicados no mapa pelos números

- (A) 1 e 5.
- (B) 4 e 2.
- (C) 5 e 2.
- (D) 1 e 3.
- (E) 4 e 5.

18. Considere a pirâmide etária do Brasil para responder à questão.

Pirâmide etária (2010)



(Théry, H. e Mello-Théry, N.A. *Atlas do Brasil: Disparidades e dinâmicas do território.*)

A pirâmide etária de 2010 reflete

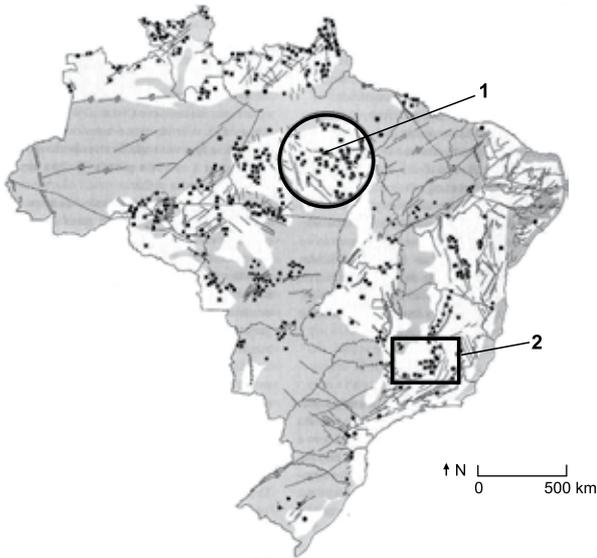
- (A) a relativa homogeneidade demográfica obtida neste século XXI.
- (B) a reorganização socioeconômica da população brasileira.
- (C) a dinâmica demográfica em que predomina a redução do crescimento vegetativo.
- (D) os vários ciclos migratórios ocorridos ao longo do século XX.
- (E) a superação do bônus demográfico do final do século XX.

19. A rápida expansão da agricultura tecnificada de grãos e fibras no cerrado brasileiro se deve a um conjunto de fatores, sendo um deles

- (A) à possibilidade de ocupar os solos, elevar a produtividade e não provocar fortes impactos ambientais.
- (B) o baixo valor das terras nos campos limpos e cerrados, ocupados anteriormente pela pecuária extensiva.
- (C) a alta qualidade dos solos agrícolas que apresentam forte concentração de argilas, calcários e nutrientes.
- (D) a presença de grupos de goianos e mato-grossenses com grandes somas de capitais para investir localmente.
- (E) a antiga e densa rede urbana que garantiu a formação de empresas de agronegócios de importância nacional.

20. Considere o mapa para responder à questão.

Brasil recursos minerais



(Théry, H. e Mello-Théry, N.A. *Atlas do Brasil: Disparidades e dinâmicas do território.*)

As áreas indicadas pelos números 1 e 2 correspondem, respectivamente,

- (A) à Província mineral de Carajás e ao Quadrilátero ferrífero, ambas em áreas de escudos cristalinos.
- (B) à Bacia Tucano e à Reserva Mantiqueira, ambas em áreas de escudos cristalinos.
- (C) à Serra do Navio e à Bacia Potiguar, ambas em áreas sedimentares.
- (D) à Reserva Oriximiná e ao Quadrilátero ferrífero, ambas em áreas sedimentares.
- (E) à Província mineral de Carajás e à serra do Navio, ambas em áreas sedimentares.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. São bens públicos da União, entre outros:

- (A) as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito.
- (B) as ilhas oceânicas e as costeiras, incluídas as que contenham a sede de Municípios.
- (C) os potenciais de energia eólica.
- (D) os recursos minerais, exceto os do subsolo.
- (E) as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares.

22. É correto afirmar que o trecho da Constituição – “Art. 5º (...) XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.” – refere-se ao instituto

- (A) da servidão administrativa.
- (B) do tombamento.
- (C) da desapropriação por interesse público.
- (D) da requisição administrativa.
- (E) do estado de necessidade administrativo.

23. A Secretaria de Educação de determinado Município da Federação deseja assinar termo de colaboração com organizações da sociedade civil previamente credenciadas para execução de atividades voltadas à educação infantil de crianças entre 1 (um) e 6 (seis) anos de idade, no qual é prevista a realização de repasses financeiros.

A esse respeito, é correto afirmar, com base na legislação nacional, que

- (A) por se tratar de instituições de caráter privado, as organizações da sociedade civil eventualmente contratadas não estão sujeitas à lei de improbidade administrativa.
- (B) se trata de setor no qual é vedada pela lei a realização de parceria com o setor privado, ainda que sem finalidades lucrativas.
- (C) a seleção das organizações da sociedade civil parceiras deverá ser devidamente antecedida de licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo.
- (D) a Secretaria de Educação poderá dispensar a realização do chamamento público nesta hipótese por expressa determinação legal.
- (E) por se tratar de instituições de caráter privado, as organizações da sociedade civil eventualmente contratadas não estão sujeitas ao controle exercido pelos tribunais de contas.

24. O acesso aos recursos ambientais, no que toca ao seu uso distributivo, deve ser focado não só com relação à localização espacial dos usuários atuais, como também em relação aos usuários potenciais das gerações vindouras. A utilização igualitária dos recursos ambientais exige considerações de ordem ética, científica e econômica das gerações atuais e uma avaliação prospectiva das necessidades futuras, nem sempre possíveis de serem conhecidas e mensuradas no presente.

Essa descrição faz alusão a um princípio fundamental do direito ambiental, chamado princípio

- (A) do acesso equitativo aos recursos naturais.
- (B) da participação popular.
- (C) da precaução.
- (D) do usuário-pagador e poluidor-pagador.
- (E) do direito à sadia qualidade de vida.

25. A União possui competência privativa para legislar sobre: águas, energia, jazidas, minas e outros recursos minerais, populações indígenas, atividades nucleares de qualquer natureza. Desfazendo a rigidez inerente à competência privativa, a Constituição Federal de 1988 prevê, após a enumeração das matérias incluídas na privatividade legislativa da federação, que

- (A) lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões gerais relacionadas na competência privativa.
- (B) lei ordinária poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões gerais relacionadas na competência privativa.
- (C) lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas relacionadas na competência privativa.
- (D) lei ordinária poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões gerais e específicas relacionadas na competência privativa.
- (E) lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões gerais e específicas relacionadas na competência privativa.

26. Acerca da Lei Geral de Proteção de Dados, é correto afirmar:

- (A) a referida lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, podendo a operação de tratamento ser realizada no território nacional ou internacional.
- (B) a Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, apenas por pessoa natural, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- (C) a referida lei aplica-se ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.
- (D) uma das hipóteses de possibilidade de realização do tratamento de dados pessoais é para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.
- (E) o direito de obtenção dos dados pessoais será exercido mediante requerimento expresso do titular, a agente de tratamento, não sendo autorizado o requerimento por meio de representantes.

27. De acordo com o disposto no Manual de Direito Civil do professor Flávio Tartuce, é hipótese de contrato atípico

- (A) o depósito.
- (B) o estacionamento.
- (C) o mandato.
- (D) a agência.
- (E) a corretagem.

28. Raquel é proprietária de uma construção base. Endividada, decide ceder a superfície de sua construção para Márcia, para que ela mantenha unidade distinta daquela pertencente a Raquel.

Acerca da situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) a instituição do direito real de laje implica a atribuição de fração ideal de terreno a Márcia.
- (B) Raquel poderá ceder apenas a superfície superior de sua construção para Márcia, sendo certo que a nova unidade imobiliária autônoma deverá ser averbada na matrícula do imóvel de Raquel.
- (C) o direito real de laje não contempla o espaço aéreo nem as demais áreas edificadas ou não pertencentes ao proprietário da construção-base.
- (D) Raquel responderá pelos encargos e tributos que incidirem sobre a sua construção-base e sobre a construção de Márcia, podendo requerer a devolução dos valores regressivamente.
- (E) Márcia poderá ceder para terceiro a superfície de sua construção para a instituição de um sucessivo direito real de laje desde que haja autorização expressa de Raquel, respeitadas as posturas edilícias e urbanísticas vigentes.

- 29.** Em relação ao controle de constitucionalidade no Direito Constitucional brasileiro, é correto afirmar que
- (A) o controle prévio de constitucionalidade é aquele a cargo do Poder Judiciário, a partir de escrutínio técnico-jurídico da norma abstratamente questionada.
 - (B) o controle repressivo no Brasil é realizado exclusivamente pelo Poder Judiciário, na forma de Ações Diretas de Inconstitucionalidade e de Ações Diretas de Constitucionalidade.
 - (C) o trabalho das comissões parlamentares de constituição e justiça, e o exercício do veto presidencial, são exemplos de controle prévio de constitucionalidade.
 - (D) o controle de constitucionalidade exercido pelos tribunais constitucionais constitui uma forma de violação da vontade popular emanada por órgãos eleitos democraticamente.
 - (E) o Brasil, ao seguir o modelo norte americano de controle de constitucionalidade, admite apenas o chamado controle difuso de constitucionalidade.
- 30.** Em relação às medidas provisórias, é correto afirmar com base na legislação e jurisprudência nacionais que
- (A) no regime de urgência, ficarão sobrestadas, até que se ultime a votação da medida, as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.
 - (B) não é passível de veto o projeto de lei de conversão de medida provisória que tenha sofrido modificações no Poder Legislativo.
 - (C) não é possível a apresentação de emendas pelo Poder Legislativo a projeto de conversão em lei de medida provisória editada pelo Presidente da República.
 - (D) é possível a edição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória contendo texto idêntico ao de medida provisória que tenha sido rejeitada pelo Poder Legislativo.
 - (E) serão votadas em sessão conjunta do Congresso Nacional, sob pena de não conversão em lei.
- 31.** A respeito da proteção constitucional conferida aos povos indígenas no Brasil, é correto afirmar:
- (A) compete à justiça federal o julgamento de ação penal que em imputada a figura de genocídio contra indígenas, no contexto de disputa por terras.
 - (B) deve ser reconhecida a validade jurídica de títulos de propriedade rural referentes a terras indígenas de posse permanente.
 - (C) as terras indígenas podem ser alienadas por esses povos, assim como os direitos reais sobre elas.
 - (D) é permitida a atividade garimpeira em terras indígenas, desde que organizada em cooperativa e mediante autorização do Congresso Nacional.
 - (E) é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo em caso de interesse da União, devidamente referendado pelo Senado Federal.

- 32.** A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e observará
- (A) a publicidade processual, inclusive nas hipóteses de sigilo previstas na legislação do Estado requerente.
 - (B) a existência de autoridade central para recepção e transmissão dos pedidos de cooperação, desde que fundamentados com parecer da Advocacia Geral da União.
 - (C) a transmissão de informações a autoridades estrangeiras, desde que mediante requerimento.
 - (D) a igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, residentes ou não no Brasil, em relação ao acesso à justiça e à tramitação dos processos, assegurando-se assistência judiciária aos necessitados.
 - (E) o respeito às garantias do devido processo legal nos Estados requerente e requerido, desde que previsto em Tratado Internacional.
- 33.** É exemplo de procedimento especial de jurisdição voluntária a
- (A) interdição.
 - (B) habilitação.
 - (C) homologação de penhor legal.
 - (D) restauração de autos.
 - (E) regulação de avaria grossa.
- 34.** Marcelo Papelaria – ME, situada na Avenida da Saudade, nº 100, propôs ação de demarcação em face de uma sociedade de economia mista, situada na Avenida da Saudade, nº 120, da qual a União é a principal acionista. A ação proposta tinha por objeto propor a fixação de novos limites, uma vez que o autor entende que a sociedade de economia mista está invadindo o seu terreno. A ação tem por valor da causa cinquenta salários-mínimos e, por tal razão, foi proposta perante Juizado Especial Cível Federal. Considerando a situação hipotética, a referida ação
- (A) não poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que microempresas não podem ser autoras nos Juizados Especiais Federais.
 - (B) não poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que a matéria objeto da ação está expressamente excluída da competência dos Juizados Especiais Federais.
 - (C) poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que sociedades de economia mista podem ser réus nos Juizados Especiais Federais.
 - (D) poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal. No entanto, a competência para julgar seria do Juizado Especial Estadual, uma vez que, por tratar-se de ação demarcatória, a análise não cabe à União, mas sim ao Município ou ao Distrito Federal.
 - (E) não poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que o valor da causa ultrapassa a alçada de quarenta salários-mínimos.

35. Sobre a responsabilidade tributária no Brasil, é correto afirmar, com base na legislação e jurisprudência nacionais, que
- (A) a pena de perdimento de bens importados irregularmente é considerada forma desproporcional e vexatória de constrangimento ao pagamento de tributos, e, portanto, inconstitucional.
 - (B) a responsabilidade tributária depende da licitude do ato praticado, não podendo haver cobrança de tributos sobre fato gerador decorrente de ato originalmente ilícito.
 - (C) a responsabilidade é pessoal quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar.
 - (D) a responsabilidade por infrações à legislação tributária será dosada conforme a reprovabilidade da intenção do agente ou do responsável.
 - (E) a responsabilidade por infrações à legislação tributária será dosada conforme a efetividade, a natureza e a extensão dos efeitos do ato ilícito.
36. Quanto ao uso do mandado de segurança em matéria tributária, é correto afirmar que uma das suas vantagens em relação a outras medidas de caráter judicial é
- (A) a sua utilização para a discussão de direitos tributários difusos de todos os contribuintes.
 - (B) a possibilidade de ampla dilação probatória.
 - (C) a ausência de condenação em ônus sucumbenciais.
 - (D) a possibilidade da sua proposição na modalidade preventiva, ao contrário das outras ações.
 - (E) a inexistência de prazo decadencial para sua proposição contra ato coator.

37. Considere que João, no dia 01.11, desferiu chutes e socos contra José, na cidade de São Paulo, sendo o caso registrado na Delegacia de Polícia como lesão corporal leve. No dia 04.11, em razão das lesões causadas por João, José tem a perna amputada, na cidade do Rio de Janeiro, o que configura lesão corporal de natureza grave. Por fim, ainda em exclusividade decorrência das lesões causadas por João, José morre em Brasília, no dia 10.11. Nos termos dos artigos 4º e 6º do CP, é correto afirmar que o momento e o lugar do crime são respectivamente
- (A) 01.11 e Rio de Janeiro.
 - (B) 10.11 e São Paulo.
 - (C) 04.11 e São Paulo.
 - (D) 10.11 e Brasília.
 - (E) 01.11 e Brasília.
38. Assinale a alternativa que exemplifica tentativa incruenta.
- (A) João, com intuito de cegar José, desferiu golpes contra ambos os olhos, mas apenas um deles é atingido.
 - (B) João, com intuito de matar, dispara todos os projéteis de arma de fogo contra José, mas nenhum deles acerta o corpo da vítima, sendo João detido ainda na cena do crime.
 - (C) João, com intuito de matar, administra veneno a José, mas se arrepende, leva José até o hospital e este sobrevive, sofrendo apenas leve irritação estomacal.
 - (D) João, com intuito de matar, administra veneno a José, mas este sobrevive sofrendo apenas lesões estomacais.
 - (E) João, com intuito de matar, dispara três projéteis de arma de fogo contra José, um deles atinge a vítima, mas João é impedido por terceiros de disparar o resto dos projéteis.
39. Assinale a alternativa correta no que concerne aos crimes contra a honra.
- (A) Não se admite a retratação na calúnia.
 - (B) Admite-se a exceção da verdade na injúria.
 - (C) Não se admite a exceção da verdade na difamação.
 - (D) Não constitui difamação punível a ofensa irrogada em juízo pela parte, na discussão da causa.
 - (E) Admite-se retratação na injúria.

40. Nos termos do art. 12 do CPP, quando do oferecimento da queixa-crime, o inquérito policial
- (A) acompanhará a queixa, sempre que servir de base a ela.
 - (B) deverá ser arquivado, tendo em vista a dispensabilidade de tal peça administrativa.
 - (C) permanecerá em sede policial, a fim de que se procedam a novas pesquisas, se de outras provas houver notícia.
 - (D) seguirá com a queixa, mas ficará acautelado em cartório, tendo em vista que não pode servir de base a condenação em sede judicial.
 - (E) apenas poderá embasar a queixa se houver sido produzido mediante contraditório.
41. Dispõe o art. 155 do CPP que o juiz formará sua convicção pela livre apreciação
- (A) da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
 - (B) da prova, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas, apenas, as provas antecipadas.
 - (C) da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.
 - (D) da prova, ficando a seu critério valorar os elementos colhidos em sede de investigação e em sede de instrução judicial, não havendo qualquer hierarquia entre eles.
 - (E) da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas, apenas, as provas cautelares previamente judicializadas.
42. Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á
- (A) pela prevenção.
 - (B) pela conexão.
 - (C) pelo domicílio da vítima.
 - (D) pelo domicílio do acusado.
 - (E) pelo lugar em que se consumar a infração.

43. Assinale a alternativa que apresenta apenas crimes propriamente militares.
- (A) Omissão de praça e deserção.
 - (B) Furto de uso e exercício de comércio por praça.
 - (C) Deserção e omissão de oficial.
 - (D) Homicídio de oficial e insubmissão.
 - (E) Insubmissão e lesão corporal de oficial.
44. Nos termos do Código Penal Militar, consideram-se cabeças
- (A) quando o crime é cometido por inferiores e um ou mais sargentos; são estes considerados cabeças.
 - (B) todos os oficiais que integram o efetivo do quartel, na prática de crime de autoria coletiva necessária.
 - (C) quando o crime é cometido por praças e oficiais, somente os oficiais serão considerados os cabeças.
 - (D) os oficiais ou graduados que concorram direta ou indiretamente para o resultado, na prática de qualquer crime.
 - (E) quando o crime é cometido por inferiores e um ou mais oficiais; são estes considerados cabeças, assim como os inferiores que exercem função de oficial.
45. Nos termos do Código Penal Militar, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma pena acessória.
- (A) Perda de bens e valores.
 - (B) Limitação de fim de semana.
 - (C) Limitação ao exercício da graduação.
 - (D) Perda de posto e patente.
 - (E) Suspensão do exercício do posto.
46. Nos termos do Código Penal Militar, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma causa extintiva da punibilidade.
- (A) Pelo perdão aceito.
 - (B) Perempção.
 - (C) Renúncia do direito de queixa.
 - (D) Ressarcimento do dano, no peculato culposo.
 - (E) Decadência.

47. Nos termos do Código de Processo Penal Militar e no que concerne aos prazos do Inquérito Policial Militar, assinale a alternativa correta.
- (A) O inquérito deverá terminar dentro em sessenta dias, se o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.
 - (B) O inquérito deverá terminar dentro em vinte dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.
 - (C) O inquérito deverá terminar dentro em quarenta e cinco dias, se o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.
 - (D) O inquérito deverá terminar dentro em dez dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.
 - (E) O inquérito deverá terminar dentro em cinco dias, se o indiciado estiver preso, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.
48. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que, apresentada a denúncia e sendo esta recebida, o Ministério Público
- (A) não poderá desistir da ação penal.
 - (B) poderá desistir da ação até a citação do acusado.
 - (C) poderá desistir da ação a qualquer momento.
 - (D) poderá desistir da ação até o interrogatório do acusado.
 - (E) poderá desistir da ação até a sentença condenatória.
49. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que, dentro de cada Circunscrição Judiciária Militar, a competência será determinada
- (A) pela prevenção.
 - (B) pelo lugar da infração.
 - (C) pela distribuição.
 - (D) pela residência ou domicílio do acusado.
 - (E) pela sede do lugar de serviço.
50. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, a citação far-se-á por oficial de justiça
- (A) mediante precatória, quando o acusado estiver servindo ou residindo fora dessa sede, mas no País.
 - (B) pelo correio, quando o acusado estiver servindo ou residindo fora dessa sede, mas no País.
 - (C) mediante mandado, quando o acusado estiver servindo ou residindo fora dessa sede, mas no País.
 - (D) mediante edital, quando o acusado estiver servindo ou residindo na sede do juízo em que se promove a ação penal.
 - (E) mediante requisição, quando o acusado estiver servindo ou residindo na sede do juízo em que se promove a ação penal.

51. Considerando o Direito Internacional Penal e a evolução histórica dos crimes internacionais, assinale a alternativa correta.
- (A) Direito Internacional Penal é o ramo do direito que disciplina a persecução criminal, lei aplicável e responsabilização tanto em relação a crimes cometidos no estrangeiro por brasileiros ou por estrangeiros no território nacional como também em relação a crimes iniciados no Brasil cujo resultado se produziu em outro país.
 - (B) Os crimes contra a humanidade foram conceituados pela primeira vez no Estatuto de Roma, inaugurando a justicialização dos direitos humanos.
 - (C) O primeiro tribunal internacional criado para buscar a responsabilização individual por crimes em âmbito internacional foi o Tribunal para Crimes de Guerra estabelecido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.
 - (D) Crimes transnacionais, aqueles que ultrapassam fronteiras, são o objeto do Direito Internacional Penal e são crimes de competência do Tribunal Penal Internacional.
 - (E) O julgamento do Tribunal de Nuremberg consolidou o entendimento de que indivíduos poderiam ser sujeitos de Direito Internacional, sendo importante marco no processo de justicialização dos direitos humanos.
52. Acerca do Tribunal Penal Internacional (TPI), é correto afirmar que
- (A) apresenta competência absoluta para investigar e julgar crimes contra a humanidade, não configurando obstáculo à admissibilidade de um caso pelo TPI, a existência de inquérito ou processo iniciado pelo Estado.
 - (B) apresenta competência privativa para julgar os responsáveis por crimes de genocídio, admitindo, contudo, a possibilidade de delegar dita competência ao Estado em que o crime foi praticado.
 - (C) não tem personalidade jurídica e só poderá exercer seus poderes e funções no território de Estado Parte.
 - (D) apresenta competência subsidiária, reiterando seu caráter complementar e a responsabilidade primária do Estado em julgar violações de direitos humanos.
 - (E) o exercício de sua jurisdição só pode ser acionado mediante denúncia de um Estado-parte ou do Conselho de Segurança.

53. O Estatuto do Tribunal Penal Internacional foi aprovado em 17 de julho de 1998, na Conferência de Roma, por 120 votos favoráveis, 7 contrários (China, Estados Unidos, Filipinas, Índia, Israel, Sri Lanka e Turquia) e 21 abstenções. Em 1º de julho de 2002, o Estatuto de Roma entrou em vigor.

Tendo em vista o Estatuto de Roma, assinale a alternativa correta.

- (A) O Brasil ratificou o Estatuto de Roma com reservas, considerando a existência de cláusulas incompatíveis com a Constituição Federal, como a que prevê pena de prisão perpétua.
- (B) entende-se por “crime contra a humanidade”, o homicídio quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque.
- (C) O Conselho de Segurança, órgão das Nações Unidas, poderá solicitar ao Tribunal Penal Internacional o adiamento do inquérito, desde que o procedimento crime não tenha sido iniciado, hipótese em que este não poderá ter seu prosseguimento obstado.
- (D) Considerando a imprescritibilidade dos crimes internacionais, é viável a persecução criminal, pelo Tribunal Penal Internacional, de ato anterior a sua criação desde que observados os procedimentos dispostos no Estatuto de Roma.
- (E) O Direito Internacional Penal, ramo do Direito Internacional Público, cuida da responsabilização dos Estados pela prática de crimes internacionais, sendo julgados pelo Tribunal Penal Internacional, órgão permanente que carece de competência para processar e julgar pessoas físicas.

DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS

54. Com relação às Convenções de Genebra, é correto afirmar que

- (A) o Brasil promulgou apenas duas Convenções de Genebra.
- (B) a Primeira Convenção trata da melhoria das condições dos feridos, enfermos e náufragos das forças armadas no mar.
- (C) a Segunda Convenção trata da melhoria das condições dos feridos e dos enfermos das forças armadas em campanha.
- (D) a Quarta Convenção de Genebra é relativa à proteção dos civis em tempo de guerra.
- (E) a Terceira Convenção não foi promulgada pelo Brasil.

55. É considerado como Direito de Guerra propriamente dito o

- (A) Direito de Genebra.
- (B) Direito Misto.
- (C) Uso da força da Carta das Nações Unidas.
- (D) Direito de Haia.
- (E) Direito Humanitário de Guerra.

56. É correto afirmar que o Direito Humanitário propriamente dito é, na verdade, o

- (A) Direito de Genebra.
- (B) Direito Humanitário de Guerra.
- (C) Direito Misto.
- (D) Carta das Nações Unidas.
- (E) Direito de Haia.

57. Sobre as partes e os procuradores nos dissídios individuais, assinale a alternativa correta.
- (A) Os empregados e os empregadores poderão reclamar perante a Justiça do Trabalho, exclusivamente por intermédio de advogado constituído e acompanhar as suas reclamações até o final.
 - (B) O não comparecimento do reclamante à audiência quando presente seu advogado não importa o arquivamento da reclamação trabalhista.
 - (C) O *jus postulandi* das partes, estabelecido em lei, limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (D) Nos dissídios coletivos, é obrigatória aos interessados a assistência por advogado.
 - (E) O não comparecimento do reclamado importa revelia, e, ainda que presente o advogado, não serão aceitos a contestação e os documentos que sejam eventualmente apresentados.
58. No processo do trabalho, cabe o recurso de agravo de instrumento
- (A) das decisões dos juízes, nas execuções.
 - (B) das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais.
 - (C) das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízes.
 - (D) dos indeferimentos de requerimentos no curso do processo.
 - (E) dos despachos que denegam a interposição de recursos.

59. Em relação ao cenário da legislação trabalhista após a reforma decorrente da Lei nº 13.467/17, um cidadão lhe apresenta algumas dúvidas. Assinale a alternativa cujo esclarecimento encontra sustentação na legislação atual.
- (A) Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada, para dispensa individual, plúrima ou coletiva, previsto em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, enseja quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.
 - (B) O período destinado à troca de roupa ou uniforme é considerado tempo à disposição do empregador, e será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, quando houver ou não obrigatoriedade de realizar a troca na empresa.
 - (C) O tempo despendido pelo empregado de sua residência até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.
 - (D) O afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregado.
 - (E) Acordo Coletivo de Trabalho é aquele de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.
60. Em relação ao sistema de seguridade social, é correto afirmar que a
- (A) seguridade social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação facultativa, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei o sistema único de saúde.
 - (B) universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição, e a diversidade da base de financiamento representam princípios da previdência social.
 - (C) previdência social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
 - (D) assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos, entre outros, proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
 - (E) descentralização, com direção única em cada esfera de governo e a participação da iniciativa privada na assistência à saúde, obedecidos os preceitos constitucionais, representam princípios da seguridade social.

